

DITADURAS NO CONE SUL: Ex-governador paulista Paulo Egydio diz ter evitado repressão a sindicalistas na ditadura

Fiesp teria pedido tropas contra grevistas

Estilo do então líder operário Lula, afastado do antigo peleguismo, teria chamado atenção do político-empresário

Soraya Aggege

• SÃO PAULO. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) pediu tropas do estado, durante o regime militar, para reprimir as greves de 1978 no ABC Paulista. O ex-governador de São Paulo (1975-1979) e empresário Paulo Egydio Martins afirma que ouviu, mas não atendeu ao pedido da Fiesp. O motivo, segundo ele, é que mantinha, desde 1976, uma estratégia que chamava de modernização do capitalismo, a qual incluía o novo sindicalismo, representado na época pelo hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ex-governador conta que sofreu ataques por parte de seus pares, conservadores:

— Fui muito criticado. Sempre fui empresário e minha categoria achava que eu tinha mais era que acabar com aquela papagaiada toda.

No entanto, para ele, o movimento de Lula atendia às regras do capitalismo moderno, e não poderia ser massacrado, como pretendia a maioria dos industriais, ainda acostumados ao peleguismo. Paulo Egydio é mais ligado ao setor financeiro.

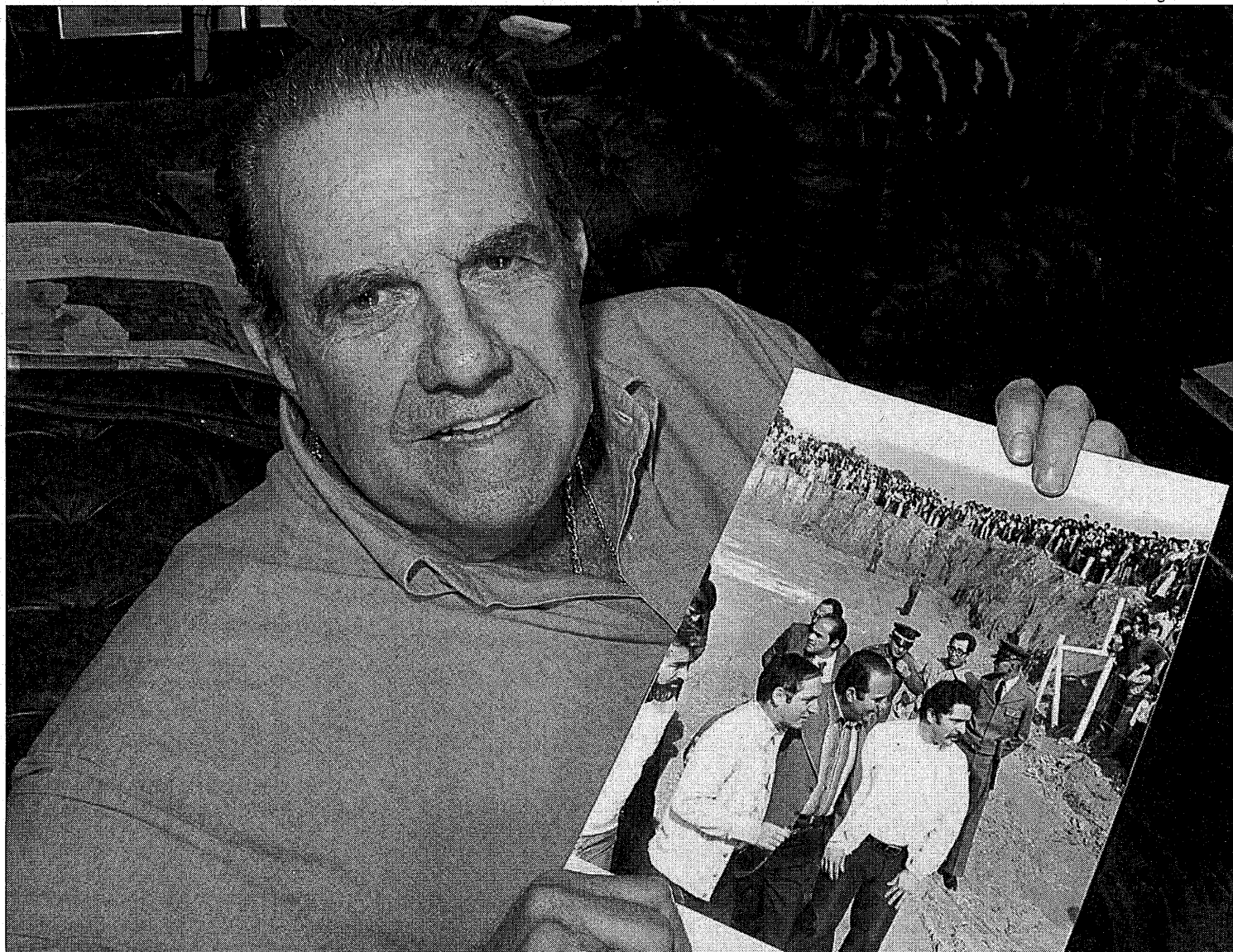
— Não houve intervenção simplesmente porque não houve autorização. Sem minha autorização não iria acontecer nada — lembra Egydio, que além de governador biônico do período Geisel, em 1966 (Castelo Branco) foi ministro de Indústria e Comércio.

“Não acredito em capitalismo sem sindicalismo forte”

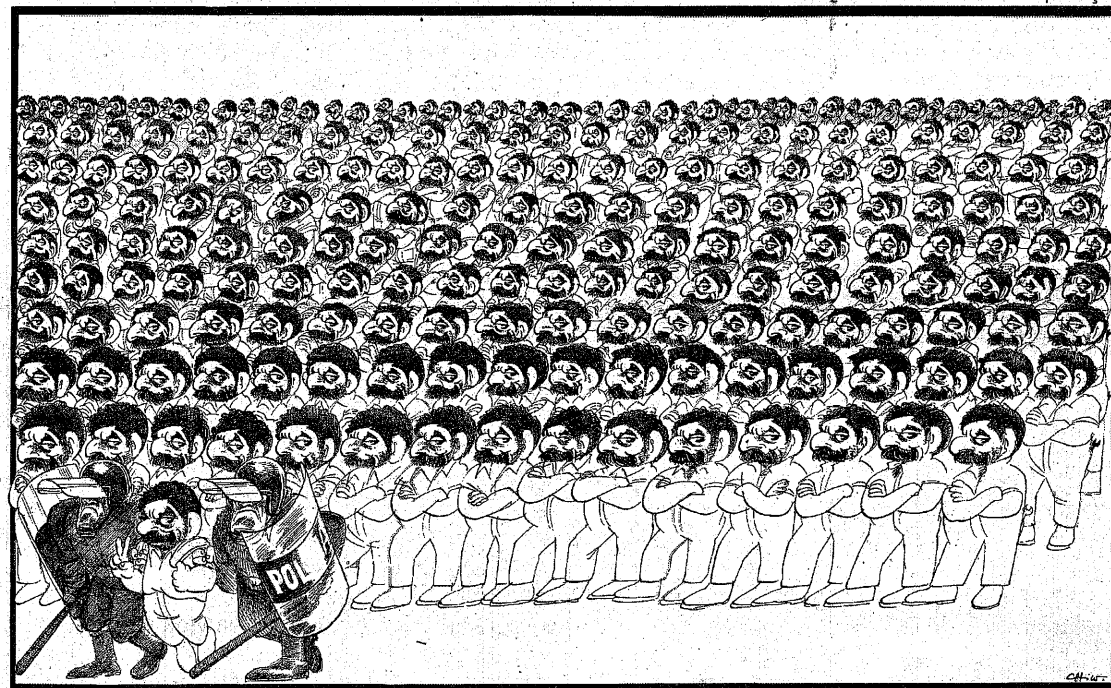
Egydio conta que, além da área econômica, a principal via de interlocução da Fiesp com o regime militar era o seu governo. Em Brasília, no entanto, a federação mantinha outro canal, com o general Golbery do Couto e Silva, segundo afirma. Na época, o comandante do II Exército, general Ednardo d'Ávila Melo, fazia frente a Paulo Egydio e possivelmente ao próprio Geisel, aplicando medidas desautorizadas. Algumas ações do regime, como as mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho (em 1975 e 1976, respectivamente), assim como a tortura, teriam escapado do controle de Paulo Egydio e de Geisel.

— Briguei com o general por causa da tortura. A tortura era um processo profundo de desestabilização política de Geisel.

Hoje o ex-governador não descarta a possibilidade de industriais, contrariados com sua negativa e conhecendo a crise



PAULO EGYDIO mostra foto em que aparece ao lado do então sindicalista Lula, em 1978: curiosidade com o novo estilo de liderança do operário



CHARGE de Chico Caruso, de 1978, mostra Lula sendo preso, sob olhares de outros milhares de Lulas em greve

com o II Exército, terem tentado outros meios para reprimir.

— Na época em que me foi pedida a intervenção, falei: “Se houver qualquer ataque, qualquer depredação, posso fazer intervenção. Caso contrário, não.” Eu me entendia com o Almir (Pazzianotto, na época advogado do Sindicato dos Meta-

lúrgicos). Na primeira grande greve, quando os helicópteros começaram a sobrevoar o ABC paulista, o Almir me telefonou e falou: “Estamos todos muito assustados. Estamos com vontade de sair da concentração.” Eu disse: “Não vejo a menor necessidade disso porque não acredito que vá acontecer. Isto é uma

intimidação. Vocês estão cumprindo um dever de vocês, continuem atuando e, se eu sentir que há possibilidade de um acidente mais grave, eu vou avisá-lo.” E a greve foi respeitada — lembra o ex-governador.

Paulo Egydio explica que protegeu o movimento sindical porque, como empresário, viveu o

“Na época em que me foi pedida a intervenção, falei: ‘Se houver qualquer ataque, qualquer depredação, posso fazer intervenção’”

“O Lula era um líder sindical sem filiações ideológicas. Fiquei curioso e comecei a acompanhá-lo”

Paulo Egydio Martins
Ex-governador de São Paulo

período Vargas e senti na pele o que significavam as leis trabalhistas e o peleguismo:

— Eu sou um capitalista. Não acredito que possa existir capitalismo sem sindicalismo forte. O Lula era um líder sindical, e sem filiações ideológicas. Fiquei muito curioso com ele e comecei a acompanhá-lo.

O ex-governador participou da solenidade de posse de Lula no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (1975) e seu gesto criou celeuma na época. O próprio Geisel ficou incomodado, segundo afirma:

— Brasília não entende nada. Foi minha análise e meu julgamento, interesse meu. Quando eu fui, deu um curto-circuito danado na famosa “comunidade de informações” e como o presidente (Geisel) se entendia muito bem comigo, me telefonou e perguntou: “Paulo, o que você fez?” Eu respondi: “Sei lá, presidente, eu fui porque achei essencial prestigiar um sindicalismo forte, fora do peleguismo getuliano. Nós não vamos construir uma nação moderna com pelegos, com um sindicalismo que, no duro, é corrupto.”

“O único cacique que tinha índio se chamava Lula”

A posse foi o primeiro encontro de uma série de almoços jantares do governador com Lula. Depois de passar por Geisel, a aproximação chamou a atenção do estrategista do regime, general Golbery do Couto e Silva. O ex-governador revela que, entre 1977 e 1979, houve uma movimentação no comando do governo militar sobre o operário Lula. Um dos raros civis que tinham acesso a Golbery, Paulo Egydio conta que discutiu com o “bruxo” o destino de Lula.

— Discuti porque ele achava que o Lula no sindicalismo era um perigo e que era preciso jogá-lo para a política, porque na política ele iria se perder. Para ele, o Lula no sindicalismo se tornaria um homem extremamente perigoso. Eu dizia: “Olha, é o contrário, precisamos do Lula é no sindicalismo. Precisamos modernizar o Brasil. O empresário não pode continuar sendo um capitalista feudal. Ele vai inspirar outros líderes. Na área política ele pode se perder.” Pelo que eu pude perceber, prevaleceu a orientação do Golbery.

Paulo Egydio explica que não sabe da continuidade das pressões de Golbery, que teria passado a usar Murilo Macedo, ministro do Trabalho no governo Figueiredo, como ponte para Lula. Macedo teria feito várias reuniões fechadas com Lula.

— Depois rompi com Figueiredo e com Murilo, mas sei que aí se criou o PT. O PT reuniu todas as siglas de esquerda, representadas exclusivamente por caciques. O único cacique que tinha índio se chamava Lula. ■

AMANHÃ: As empresas e a ditadura argentina

DITADURAS NO CONE SUL: Chefes de seção riam, sem crer na possibilidade de paralisação, lembram metalúrgicos

Operários em greve desafiaram perseguição

Fábricas organizaram departamentos de segurança e ficharam funcionários, mas não evitaram movimento

José Casado

Nos arquivos da polícia política há uma profusão de registros e listas de empregados remetidos por empresas privadas, com dados para identificação individual. As fichas serviam a todos os órgãos de segurança. Com frequência, davam origem a inquéritos no Departamento de Ordem e Política Social (Dops) — e, claro, a detenções. Desde meados dos anos 60 as grandes indústrias se preocuparam em estruturar departamentos de segurança. Uma das que mais investiram foi a Volkswagen, cujos pátios reuniam cerca de 30 mil funcionários. Entre os especialistas que contribuíram na montagem do “serviço” da Volks estava o alemão Franz Paul Stangl. Fugitivo nazista, fora privilegiado por Hitler com o comando de dois dos principais campos de extermínio do III Reich na Polônia, Sobibor e Treblinka. Desoberto e preso, foi executado em 1967.

Volkswagen era alvo óbvio da esquerda

Quando Stangl morreu, quatro anos depois na Alemanha, a divisão de segurança da Volks já abrigava quatro dezenas de funcionários, em parte recrutados na polícia e nas Forças Armadas. Em 1969 um dos chefes era Adhemar Rudge, coronel do Exército e engenheiro com domínio do idioma alemão.

Nunca houve terroristas nas fábricas — conta. — Nos preveníamos, eventualmente com alguma troca de informações com o Dops. Ele nega participação no

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
Departamento Regional de Polícia do Grande São Paulo - DEGRAN
-Delegacia Seccional de Polícia do A.B.C.D.-

Solicito de V. Sa. as obsequiosas providências no sentido de ser esta Seccional informada se nos arquivos desse Serviço, estão catalogados antecedentes dos indivíduos constantes da relação anexa, distribuída em 6 (seis) folhas, dos empregados da CHRYSLER DO BRASIL S/A. Ind. e Comércio

CHRYSLER DO BRASIL S/A.

A Chrysler manda listas de funcionários aos órgãos de segurança

RELAÇÃO DE EMPREGADOS DA CHRYSLER DO BRASIL S/A. IND. E COM. SÃO BERNARDO DO CAMPO

N.P.	NOME	FILIAÇÃO	CEDULA DE IDENTIDADE	OBSERVAÇÕES
11400	Benjamin Snider	Manoel Snider Maga Snider	4.926.574	
11405	José Roberto da Silva	João Alberto da Silva Maria Antonia da Silva	4.856.083	

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPENDENCIA DELEGACIA SECCIONAL DE POLICIA DO A.B.C.D.

A General Motors envia dados e a polícia política analisa

Solicito de V. Sa. obsequiosas providências no sentido de informar a esta Seccional, com

1) José Carlos Gregório, filho de Olavro Gregório e Odília Gregório, nascido aos 24 de dezembro de 1948, natural de Guaiabá-SPaulo, prof. ajudante de pintor de auto, tempo de serviço GMB-10 de março de 1970, casado, residente à Rua Salgueira da Gama, nº223, Rudge Fonesca, São Paulo, SP.

“Grupo de Trabalho” das empresas com a polícia política, apesar dos registros na documentação do Dops:

— Nunca houve grupo, nem reunião, nada. Só tratávamos da segurança do patrimônio.

A Volks alega que Rudge não tinha autonomia para representá-la em fóruns externos.

Líder na produção de carros, a Volks era alvo óbvio e preferencial da esquerda. Entre 1970 e 1971, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) traçou um “Plano de Construção (de bases) nas

Empresas”. O jornal comunista “Voz Operária” exaltou o sucesso do plano “na maior empresa privada”. Não deu o nome, mas a nota levou a uma ação combinada empresa-polícia política.

— Foi a Operação Escaninho: vigilância sobre todo metalúrgico que tivesse material suspeito nos escaninhos. Em seguida veio a grande redada de prisões — conta o historiador João Guilherme Vargas Neto.

Na época prenderam o operário Antonio Guerra com um “Jornal da Volkswagen” em que

se lia: “Há elementos do Dops e do SNI em diversas seções (...). Já fizeram prisões dentro da própria empresa. Outras vezes, enrolam o trabalhador e o levam para fora da fábrica, onde o espera o Dops ou a Oban (Operação Bandeirantes).”

Na vizinha Saab-Scania, em São Bernardo, a conexão com os órgãos de repressão foi aperfeiçoada na greve de 1978, a primeira no país depois de nove anos, da qual emergiu Lula e o chamado “novo sindicalismo”.

A greve foi articulada na fer-

ramentaria sob a liderança do operário Gilson Luiz Correia de Menezes, diretor de base do sindicato. Na véspera ele avisou Lula, que não acreditou:

— Falei com Lula que a Scania ia parar no outro dia. E ele deu uma risadinha assim e tal. Tudo bem. Apoiou mas não acreditou muito. Eu insisti: ‘Olha, a Scania vai parar amanhã’... Só sei que passei a noite sem dormir, tremendo, porque não sabia o desfecho daquilo. Pensei mesmo, nunca vou ver essa coisa de liberdade.

Reação natural de quem vivia o rigor da vigilância interna. Menezes e outros eram seguidos dentro da fábrica:

— O chefe da segurança chegou a colocar um guarda para me vigiar. Até ao banheiro ele ia. Todos nós, na Scania, na Mercedes e na Ford, éramos vigiados na fábrica. O tempo todo.

Barulho de máquina somente em quatro áreas

Alguns metalúrgicos recordam que os chefes de seção riam, incrédulos com a possibilidade de uma greve.

Na manhã de terça-feira 12 de maio de 1978, as máquinas da ferramentaria da Scania não foram ligadas. As outras seções do pavilhão A seguiram o exemplo. Somente em quatro áreas ouviu-se barulho de máquina.

— Foi indo, as pessoas se juntando no pátio e parou a fábrica toda — conta Menezes. — Ali pelas 8h15min pedi que alguém fosse a um orelhão e avisasse ao pessoal do sindicato. Eles estavam reunidos, saíram correndo para a fábrica. Por volta das 9h30min apareceu um

representante da Secretaria do Trabalho, Guaraci Horta (mais tarde interventor no sindicato dos metalúrgicos). Estava com um agente do Dops. Ameaçaram e tal, mas o pessoal começou a gritar e eles correram.

Empresas e governo foram surpreendidos, recorda Nildo Masini, representante do setor de trefilação de aço na diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

— A gente tinha a sensação do descontentamento, que não era de natureza política mas salarial. Na Fiesp recebíamos informação de dentro das fábricas, que o pessoal das indústrias trazia. Mas ninguém sabia mesmo o que e quando ia acontecer. Depois de 14 anos sem negociação direta, tivemos que correr para montar um mapa das reivindicações e concessões feitas aos trabalhadores.

Depois da Scania, vieram todas. Num país que atravessara uma década sem notícia de greves, com vigilância nas linhas de produção e camburões da polícia nos portões das fábricas, o cenário foi revolucionado: em 45 dias protocolaram-se 166 acordos sindicais, com aumento real de salários para quase 280 mil trabalhadores.

Gilson Menezes e 222 grevistas foram demitidos. A Scania mandou dois representantes ao Dops para entregar as fichas funcionais. Não existe uma contabilidade sobre vítimas funcionais e policiais desse período. Mas a vida nas empresas do ABC paulista mudou a de 1978.

COLABOROU Soraya Aggege, de São Paulo

10

DITADURAS NO CONE SUL

Repressão no pátio da fábrica

Empresas colaboraram com militares para perseguir ativistas sindicais no Brasil e na Argentina

José Casado

Foi uma terça-feira atípica aquele 4 de novembro de 1969: o Corinthians batia o Santos por 2x0 e acenava com uma segunda vitória depois de 11 anos de absoluto jejum contra o time de Pelé. O corinthiano Luiz Inácio Lula da Silva, então diretor-superintendente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, estava preocupado com a bola no gramado. Continuou assim quando, no intervalo, os alto-falantes anunciaram que a polícia matara o terrorista Carlos Marighella, líder da Aliança Libertadora Nacional. Começava um novo ciclo na ditadura militar, com escada repressiva e crescimento recorde na economia (9,5%).

Na manhã da terça-feira seguinte (11 de novembro), representantes de Volkswagen, General Motors, Chrysler, Firestone, Philips e Constanta se reuniram com o chefe do Departamento de Ordem e Política Social (Dops) no ABC paulista, Israel Alves dos Santos Sobrinho, e o major Vicente de Albuquerque, do IV Regimento de Infantaria do Exército. Na delegacia estiveram Evaldo Herbert Sirin, da General Motors; Mário de Souza Campos, da Chrysler; A. J. Vieira, da Firestone; coronel Evaldo Pedreschi, da Philips; major Adhemar Rudge, da Volkswagen; e Synésio de Oliveira, da Constanta.

Chefes das seções de segurança interna dessas indústrias queriam acelerar o funcionamento do Grupo de Trabalho (depois chamado Centro Comunitário) que serviria de cobertura à colaboração entre empresas privadas do ABC paulista, o Dops e o Exército. Segundo a ata da reunião, debateram "problemas" nas fábricas de...

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPENDÊNCIA DELEGACIA SECCIONAL DE POLICIA DO A.B.C.D.

RELATÓRIO

Reunião realizada em 11/11/69, no Centro de Esportes em Santo André.

1- Compareceram, além do signatário, - Major Vicente de Albuquerque do 4º R.I., - 1º Ten. Eurácio Lopes de Castro - 10º B.P. - sediada em Santo André, Sr. Ricardo Andrade, da G.M. que enviou substituto e Sr. Evaldo Herbert Sirin, Sr. Mário de Souza Campos - da Chrysler, Sr. A. J. Vieira - da Firestone, - Cel. Evaldo Pedreschi - da Philips, Major Ademar Rudge - Volkswagen, Synésio de Oliveira - da Constanta S.A., Dr. Israel Alves dos Santos Sobrinho, Dr. Gilberto Cassinelli Porto, Dr. Newton de Oliveira, Delegado Titular da Seccional e Assistentes, respectivamente, Capitão Celestino Henriques Fernandes - Comandante do Corpo de Bombeiros e o Ten. Wagner Inácio da Silva do 4º R.I..

2- Foram tratadas as seguintes questões:

G.M.
Chrysler
Firestone
Philips
Volkswagen
Constanta S.A.

Em 1969, no ABC paulista, empresas privadas e órgãos de segurança criam um "grupo de trabalho" para troca de informações

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Departamento Regional de Polícia do Grande São Paulo - "DEGRAN"

DEPENDÊNCIA Del. Seccional de Polícia DEPARTAMENTO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

ROL DE ELEMENTOS FICHADOS E QUE TRABALHAM NA VOLKSWAGEN DO BRASIL - 1972

VW nº	nome	filiação	residência.
7205	ANDRE COPOINSKI	nasc. 25.10.38	rua Tota Nogueira 134-V. Assunção - SBC.
50816	PAULO RAGO	de Rua da Catarina	

508 341 558 610

LISTAS DE EMPREGADOS COM DADOS INDIVIDUAIS SÃO FORNECIDAS AO DOPS, QUE FICHA OS SUSPEITOS

ELEMENTOS FICHADOS E QUE TRABALHAM NA VOLKSWAGEN DO BRASIL - 1972

DELEGACIA SECCIONAL DE POLICIA DO ABCD.

RELATÓRIO

103/78

S.B. do Campo, 21 de julho de 1978.

Sr. Delegado,

A Scania comunica a polícia sobre demissões, entrega as fichas funcionais e cópias dos depoimentos dos demitidos

Aliança floresceu no ABC

• A associação de interesses do empresariado com os do regime militar floresceu no golpe de 1964 e se intensificou a partir de 1968, assentada na poeira da construção das indústrias "modernas" no ABC paulista e sobre a lápide política imposta pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Já era hábito tratar reivindicações trabalhistas como caso de polícia, observa o historiador João Guilherme Vargas Neto. O primeiro fichário da polícia política em São Paulo, lembra, foi montado a partir de uma lista negra entregue por Jorge Street, que presidiu o Centro Industrial do Brasil (antecessor da Confederação Nacional da Indústria) entre 1912 e 1926.

A aliança empresarial com os órgãos de repressão política ganhou escala e eficácia a partir de 1969. Pelos nove anos seguintes não se registrou a ocorrência de greves nas grandes indústrias.

— Foi muito forte essa conexão com a ditadura militar, comenta Vargas Neto. — Usaram até o imposto sindical para financiar o

tro Comunitário) que serviria de cobertura à colaboração entre empresas privadas do ABC paulista, o Dops e o Exército. Segundo a ata da reunião, debateram "problemas" nas fábricas, decidiram a compra de "mapas do Grande ABC e outros artigos", e estabeleceram um Centro de Coordenação no Dops.

— Estávamos defendendo nossas empresas dos terroristas, da subversão — conta Synésio de Oliveira, o representante da Constanta (empresa incorporada ao grupo Philips em 1998). — O esquema era: se houvesse um caso suspeito, comunicávamos à comunidade (de informações).

Cooperação intensa e sempre discreta

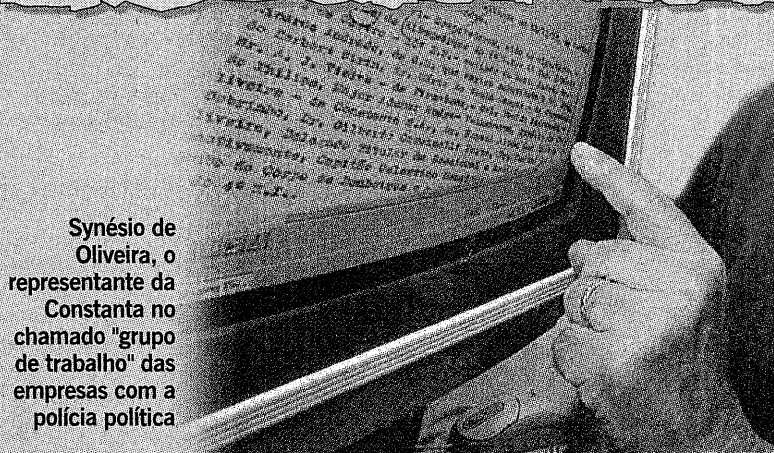
• A cooperação entre empresas e ditadura militar foi permanente, intensa e quase sempre discreta, revelam documentos inéditos guardados nos arquivos do extinto Dops paulista. Uma parte foi descoberta e entregue ao GLOBO pelo historiador Antonio Luigi Negro, autor de um excelente livro sobre a emergência do sindicalismo brasileiro depois da Segunda Guerra ("Linhas de Montagem", Editora Boitempo, 2004). Outros papéis foram localizados em arquivos públicos e particulares de São Paulo, Buenos Aires e Washington.

O conjunto é eloqüente na demonstração de um colaboracionismo muito além dos milionários donativos empresariais recolhidos pelo banqueiro Gastão Vidigal, o industrial Henning Albert Boilesen e o advogado Paulo Sawaia para custear a criação de um corpo de polícia política dentro do Exército (a Operação Bandeirantes). O intercâmbio entre empresas e órgãos de segurança ultrapassou o fornecimento rotineiro de Fuscas da Volkswagen, de Galaxies blindados da Ford, de caminhões da Ultragás, de refeições congeladas Supergel e de "gratificações" às equipes dos porões do regime.

Grandes empresas recrutaram pessoal nas Forças Armadas e na polícia, mantiveram aparatos de espionagem dos empregados dentro das fábricas e nos sindicatos. A Volks e a Chrysler, por exemplo, repassaram listas de funcionários aos órgãos de segurança, às vezes com as respectivas fichas funcionais. Na semana passada, ambas negaram o envolvimento. A Volks ressaltou ter sido "sempre apolítica". A DaimlerChrysler alegou total desconhecimento, "portanto

— DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DO ABCD.
RELATÓRIO
163/78 S.B. do Campo, 21 de julho de 1978.
Sr. Delegado,
Nesta data, compareceram nesta Delegacia os srs. Waldemar Rossi e Waldemar Cienti, ambos da Segurança da S/A B-SCANIA do Brasil S/A, esclarecendo que a firma, em razão da dificuldade de colocação dos produtos no mercado e consequente queda de produção, depois do movimento grevista, até a presente data, demitiu 223 empregados, entre eles Augusto Bassio Portugal Gomes. Esclareceu que todo empregado, ao ser demitido, é

nos e que ele na entrevista deixou claro que sua demissão prendia-se ao fato de ter participado do movimento grevista e que doravante teria oportunidade de trabalhar fora na conscientiza-



Synésio de Oliveira, o representante da Constanta no chamado "grupo de trabalho" das empresas com a polícia política

A Scania comunica a polícia sobre demissões, entrega as fichas funcionais e cópias dos depoimentos dos demitidos

SAAB-SCANIA do Brasil

O QUE DIZEM OS PAPÉIS

VOLKSWAGEN

• Montou departamento interno com militares e agentes do Dops. A Volkswagen mantinha serviço de espionagem sobre as ações dos trabalhadores que extrapolavam suas fábricas, vigiando assembleias sindicais. Auxiliava a polícia com seus próprios registros e informes, segundo os documentos pesquisados.

SCANIA, CHRYSLER, FIRESTONE

• Criaram aparatos de espionagem dentro de suas fábricas e, segundo documentos, remeteram listas de funcionários considerados suspeitos à polícia política.

A DEFESA DAS EMPRESAS

VOLKSWAGEN

• Afirma que "sempre foi apolítica" e "avançada" em suas relações trabalhistas. Quanto a documentos que citam o coronel da reserva Adhemar Rudge como seu representante, diz que, embora ele tenha sido gerente de segurança patrimonial e de transportes (1969 e 1991), nunca teve autonomia para representá-la em fórum externo.

FIRESTONE e CHRYSLER

• Dizem desconhecer envolvimento de funcionários com a ditadura.

SCANIA

• Argumenta que o fato de as primeiras greves terem acontecido em sua fábrica é uma indicação do ambiente de não-repressão na empresa.

não temos comentários".

A associação de interesses empresariais com os da ditadura não foi peculiaridade brasileira. Ocorreu também na Argentina, depois do golpe de março de 1976. O objetivo foi sempre o mesmo: reduzir o risco de conflitos trabalhistas. A repressão tornou viáveis políticas de arrocho salarial.

Em Brasília o regime fixava os reajustes anuais de salários, proibia a contestação e os órgãos de segurança seguiam as reações do operariado com uma rotina de relatórios das indústrias. O Dops paulista acompanhou casos como o do metalúrgico

Waldemar Rossi. Aos 37 anos contava oito meses de emprego na linha de montagem da Volks-Ipiranga quando foi a uma assembleia sindical. Ali propôs uma "operação-tartaruga". Não teve êxito, mas antes da jornada terminar estava demitido. No mesmo dia (11 de novembro de 1970), o Dops protocolou um relato da empresa, com a ficha funcional de Rossi.

Em Buenos Aires, nas semanas seguintes ao golpe, centenas de trabalhadores foram presos. Entre abril daquele ano e junho de 1978, a baixada dos EUA reportou a Washington episódios emblemáti-

cos da "grande cooperação entre gerentes e órgãos de segurança". Registrou a expectativa empresarial de que a ditadura intensificasse ainda mais a repressão — "minimizando o risco de greve nas indústrias" e de situações "fora do controle, como na GM".

As diferenças nos dois países ficaram por conta da ferocidade dos generais argentinos: prisões em massa, com dezenas de "desaparecidos" depois de sessões de tortura — algumas realizadas dentro das fábricas onde as vítimas trabalhavam. ■

litar, comenta Vargas Neto. — Usaram até o imposto sindical para financiar o aparelho repressivo. Da contribuição sindical compulsória, naquela época, 20% eram retidos pelo Ministério do Trabalho na conta "Salário-Emprego". Daí saíram recursos para coisas como compras de C-14, as Veraneio da GM, muito usadas pela polícia.

Advogado dos metalúrgicos do ABC nos anos 70 e ministro do Trabalho de 1985 a 1990, Almir Pazzianotto complementa:

— Diziam que as empresas financiavam o Esquadrão da Morte (do delegado do Dops Sérgio Paranhos Fleury) com o dinheiro do rateio das contribuições sindicais. Mas o fato é que nunca foi feita uma auditoria na conta Salário-Emprego.

Como reivindicação trabalhista era problema automaticamente transferido da sala da diretoria para a delegacia de polícia, foi com naturalidade que o plantonista do Dops em São Bernardo do Campo recebeu Sílvio de Oliveira, da Resil S/A, no dia 27 de junho de 1978.

Às 16h15m pôs um ponto final no relatório de 26 linhas, nas quais torturou o idioma: "A direção da empresa introduziu entre seus empregados três elementos com a finalidade de os informarem e localizarem os mentores do movimento grevista. (...) Outrossim, esclarecemos que de acordo com a situação a simples retirada de circulação do (empregado) Antonio dos Santos tornar-se-ia possível o conhecimento de outros implicados ou mentores intelectuais".

Na última sexta-feira, um dos proprietários da Resil S/A, Claudio Sachs, pediu a assessores para informar que "estranha e desconhece" o envolvimento da sua indústria com a repressão política. Segundo ele, a Resil sempre manteve um ambiente "democrático e respeitoso" e Sílvio de Oliveira, ex-funcionário, nunca teve autonomia para falar em nome da empresa. (José Casado)